

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ – FAG
FERNANDA PEREIRA DA SILVA

**ANÁLISE DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS NOS TRÊS
PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL PERANTE A ALFABETIZAÇÃO**

CASCADEL

2020

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ – FAG
FERNANDA PEREIRA DA SILVA

**ANÁLISE DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS NOS TRÊS
PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL PERANTE A ALFABETIZAÇÃO**

Trabalho apresentado como requisito parcial para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso: Artigo, do curso de Pedagogia, do Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG.

Professora Orientadora: Silvana Rodrigues Krefta.

CASCADEL

2020

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ – FAG
FERNANDA PEREIRA DA SILVA

**ANÁLISE DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS NOS TRÊS
PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL PERANTE A ALFABETIZAÇÃO**

Trabalho apresentado no Curso de Pedagogia, do Centro Universitário Assis Gurgacz - FAG, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, sob a orientação da Professora Especialista Silvana Rodrigues krefta.

BANCA EXAMINADORA

Silvana Rodrigues krefta
Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG
Especialista

Jussara Chagas de Lima
Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG
Especialista
Psicopedagoga clínica e institucional

Jean Carlos Coelho
Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG
Graduado em pedagogia e educação física, Pós graduado em educação especial, educação Física escolar, psicomotricidade relacional e acupuntura

Cascavel/PR, 17 de novembro de 2020.

ANÁLISE DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS NOS TRÊS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL PERANTE A ALFABETIZAÇÃO

SILVA, Fernanda Pereira da¹
KREFTA, Silvana Rodrigues²

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade debater sobre os conceitos de alfabetização e letramento nos três primeiros anos iniciais do Ensino Fundamental. Seu objetivo é tratar acerca dos conceitos de alfabetização e também do letramento (como um termo recente na trajetória educacional brasileira), destacando suas diferenças e importâncias. Abordará ainda, como é concebida a etapa escolar correspondente à fase da alfabetização pelos documentos oficiais, qual a importância social a que se atribui a capacidade da leitura, além de apresentar alguns métodos utilizados para alfabetizar. Este estudo justifica-se pela necessidade de compreender como são organizados tais processos e qual sua importância e impacto para os discentes. Para tanto, o estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, apoiada em autores como: Soares (1999), Rego (1995), Kleimam (1995), entre outros. Levando em consideração que há diversos desafios quando se trata dessa fase da educação e que todos eles devem ser analisados para explicar o sucesso ou não desse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização. Letramento, Ensino Fundamental.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG. E-mail: fernandapereiradasilva22@gmail.com.

² Professora Orientadora do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG. E-mail: silkreftafag@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Existem muitos materiais e propostas diversificadas relacionados ao processo de alfabetização, apesar de tudo, ainda há dúvidas que permeiam a prática de um professor alfabetizador, pois esta esteve ligada e arraigada na concepção tradicional de aprendizagem.

Porém, acredita-se que quando o aluno está em fase de alfabetização, é necessário que ele conheça a estrutura da escrita, sua organização e seus princípios, os quais contém a relação da escrita e oralidade para que assim possa aprender e desenvolver sua aprendizagem.

Este estudo originou-se como intuito de compreender de que forma o ensino da leitura e da escrita tem se efetivado nos três primeiros anos iniciais do ensino fundamental, além de realizar um aprofundamento teórico em relação à concepção interacionista.

Vale ressaltar que a alfabetização é um processo de construção de significado do mundo e que está interligada ao letramento, ou seja, pode-se ensinar a criança a ler, a conhecer os sons que as letras representam e, ao mesmo tempo, incentivá-la a participar da aventura do conhecimento implícita no ato de ler. Compreende-se, portanto, que se faz necessária a interação entre os sujeitos para que de fato se consolide a aprendizagem e que a internalização deve ser feita a partir de práticas de leitura por intermédio da linguagem real, significativa e vivenciada, no qual a criança precisa sentir sua necessidade no cotidiano para ressignificá-lo no meio em que está inserido.

Dessa forma, este trabalho compreende que a educação é um processo onde nada está findado ou é perfeito, é um meio onde a dúvida e o estudo estão presentes em toda a prática pedagógica, sendo constante o repensar e refazer, além de entender que a alfabetização vai além do domínio do código gráfico. Para fundamentar tais teorias, basear-se-á em autores como: Soares (1999), Rego (1995), Kleiman (2007), Carvalho (2005), Smolka (1999), Klein e Sachafascler (2003), entre outros.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO

Os primeiros registros encontrados sobre a educação brasileira datam do ano de 1554, durante a época dos jesuítas e do período colonial. Com o passar do tempo, no ano de 1759, quando os padres jesuítas foram afastados do país, suas escolas tinham matriculado menos de 0,1% da população. Contudo, as primeiras iniciativas começaram a organizar a educação do país em 1876 e sucederam os movimentos pela formação da República. Esse período foi marcado como os primeiros métodos de ensino e da leitura.

Em segunda instância vem a fase da alfabetização no Brasil que teve início em São Paulo, após 1890, com educadores que defenderam a importância da Pedagogia. Esse olhar moderno gerou um conflito entre os grupos e os adeptos das abordagens mais habituais.

A terceira fase teve início por volta do ano de 1920, quando os professores iniciaram a rejeição abertamente aos métodos analíticos que se voltaram obrigatórios na segunda fase. Foi nesse período em que nasceram os métodos e os testes ABC para medir o desempenho dos educandos.

No entanto, uma das alterações mais estáveis foi que a Pedagogia ficou cada vez mais dependente das concepções psicológicas. Esse impacto entre os diferentes métodos, a mistura entre “antigo e novo” e a sensação de fragilidade são quesitos importantes que podem ter influência nos níveis atuais de desempenho dos alunos.

Em 1980, a quarta fase se inicia, porém foi marcada por mudanças sociais e políticas que procederam na reforma da democracia. Nesse período, surgiu o construtivismo, um modelo muito diferente da tradição behaviorista.

A desvantagem da disseminação da concepção construtiva foi que ainda não havia um método de ensino-aprendizagem estruturado. A ausência de um método estruturado ainda é existente nas escolas e deve ser considerado um dos fatores que causou baixa atuação de desempenho e desenvolvimento dos alunos.

Na década de 1990, o sistema educacional brasileiro se fortaleceu e se tornou cada vez mais propagado. O propósito era permitir que o Brasil fosse maispositor em um contexto globalizado e digital.

O acesso à escola em todos os níveis de educação aumentou consideravelmente, e o país pode dizer com orgulho que quase todas as crianças já estavam na escola. Apesar de

conseguir matricular praticamente todas elas, passou-se a notar que não estavam aprendendo o suficiente. Essa conjuntura é bastante parecida com a situação atual das escolas.

2.2 PROPOSTA DE PAULO FREIRE PARA A ALFABETIZAÇÃO

Paulo Freire, criou e defendeu termos e propostas relacionados aos fundamentos da educação brasileira. Uma de suas propostas constituía na criação de um círculo de cultura, instituído por uma turma de educandos e um professor orientador, que incentivava os alunos a falarem de suas vidas na comunidade em que viviam. O Círculo era também a forma espacial de organização de alunos e professor na sala de aula.

Com o círculo formado o professor seria capaz de formar um diálogo de linguagem com elementos constitutivos da teoria mais abrangente de Paulo Freire, as pesquisas eram fundamentais para tais pontos de partida para uma adequada organização e levantamentos indagadores e dos eixos temáticos significativos da vida dos alunos, que seria inserido no ensino-aprendizagem levando materiais atualizados para a leitura e a escrita dos educandos. A proposta didática de Paulo Freire não pode ser entendida em sentido metodológico circunscrito, por ser um processo dinâmico que se faz enquanto é desenvolvido.

No Brasil, a década de 1960 foi marcada pelas primeiras ações envolvendo esta proposta de alfabetização. Iniciado em Pernambuco, o movimento ganhou amplitude nacional em 1963, com o Programa de Educação de Adultos, coordenado por Freire. Com o golpe militar em 1964, o educador foi exilado e seu ideário de alfabetização considerado subversivo.

2.3 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Os termos alfabetização e letramento são recorrentes no âmbito pedagógico, mesmo que letramento possa ser considerado recente e não aparecer nos dicionários atuais, ele adquiriu um significado importante, pois foi só recentemente que passou a ser necessário que existisse o oposto da palavra que designa o estado de analfabeto, devido a uma nova realidade social, na qual se faz necessário ler e escrever atendendo às suas exigências que a sociedade faz continuamente, como aborda Soares (1999), que ainda destaca que a origem da palavra letramento está na língua inglesa com o significado daquele que se apropriou da leitura e escrita e compreende seus impactos sociais.

Sendo assim, pode-se compreender que o letramento vai além, ele se torna algo com impactos sociais, culturais e econômicos, que significa a apropriação dos conhecimentos sobre a escrita e a interpretação e uso desta no cotidiano, o que vai trazer a seu portador a chance de

se apropriar da linguagem escrita e daquilo que ela pode oferecer, inclusive em termos de comunicação com o mundo. Observando nessa ótica, um sujeito pode não ser alfabetizado, mas de certa forma letrado, pois podem em algum momento utilizar a leitura e escrita, o que é possível na visão do letramento ideológico, onde mesmo sem ser alfabetizado o sujeito pode alcançar níveis altos de letramento, já que não são apenas a leitura e a escrita que fazem desenvolver esses níveis cognitivos.

Já o termo alfabetização pode ser também interpretado como o oposto de analfabetismo, significando que aquele que é alfabetizado reconhece e executa os processos mecânicos de reconhecimento das palavras, alfabetizada é aquela pessoa que aprendeu a ler e escrever, mas não se apropriou disso. Como explica Soares (2003), analfabeto é aquele que é privado do alfabeto, ou seja, não conhece o alfabeto e não sabe ler ou escrever, o termo analfabetismo é a forma de se portar como analfabeto, e alfabetizar é a ação de tornar-se alfabeto.

A questão a ser pontuada é que se deve buscar atrelar a alfabetização com o letramento, não que se faça um e depois o outro, é preciso alfabetizar letrando, para que aquele que aprenda a ler e escrever, também se aproprie disso e de tudo que possa significar e beneficiar desse conhecimento.

2.4 OS DESAFIOS DE ALFABETIZAR NOS ANOS INICIAIS

Para que o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem da alfabetização aconteça de forma satisfatória, torna-se necessário que este aconteça de modo organizado, de uma maneira que a leitura e a escrita sejam desenvolvidas em uma linguagem real, natural, significativa e vivenciada pelo aluno. Dessa maneira, a compreensão do símbolo linguístico não poderá ser compreendida como apenas uma atividade de cópia e escrita, mas sim uma atividade de reflexão, constituindo-se em uma maneira bastante complexa de construções de vínculos entre o ler, escrever e leitura de mundo.

Atualmente, a preocupação de nossos docentes está concentrada em ensinar seus alunos a ler, escrever e expressar-se de maneira adequada, levando em consideração as imposições da atual realidade social e cultural, que necessitam de novas ações, tornando antiquados os métodos e conteúdos tradicionais que acabam atrapalhando o processo de compreensão da linguagem.

É possível sim, aprender a ler e escrever com os métodos de ensino tradicionais, através do processo da silabação; no entanto, no mundo contemporâneo é possível perceber que esse processo induz a mera codificação e decodificação, restringindo o processo de alfabetização apenas a um âmbito mecânico.

Para além disso, existem diversos desafios a serem enfrentados quando o assunto é a alfabetização (o que esbarra também na questão da formação dos professores e da participação da família no contexto escolar das crianças), talvez o primeiro passo seja tornar as crianças preparadas para esse processo, por exemplo, algumas crianças necessitarão que o professor as ensine que um objeto pode ser representado por outro, que na escrita existe uma ordem específica, pois talvez elas não possuam pensamento simbólico e organização espacial desenvolvidas ainda, além de levá-las a compreensão de que as letras representam um som da fala.

Dionizio e Souza (2017 apud LEMLE, 2009), reforçam essa ideia da necessidade da construção de conceitos para os alunos, como o pensamento simbólico, onde eles aprenderão a relacionar os sons da fala com as letras do alfabeto, porém esse é um processo que requer muito tempo para sua apreensão e empenho do professor. Um outro requisito seria que a criança seja capaz de diferenciar as letras, além de perceber a organização espacial da escrita; também é preciso uma escuta atenta para que se diferencie os sons da fala e que se perceba qual a letra certa para cada som.

Neste contexto, ainda é preciso lembrar que o processo de alfabetização será diferente para cada aluno, tem-se então, mais um desafio no qual o docente está diante da expectativa de atender todas as demandas de sua turma e escolher a melhor atividade para todos.

Não obstante, é de fundamental importância atrelar a alfabetização ao letramento, para que os discentes saibam interpretar os vários gêneros textuais presentes na sua realidade e se tornem cidadãos críticos.

Portanto, a alfabetização precisa ser compreendida não como um método fundamentado ao ato de entender e memorizar, a fim de que a criança aprenda a ler e escrever, mas uma necessidade de desenvolver um conhecimento de caráter conceitual: o mesmo necessita entender não apenas o que a escrita significa, mas também de que maneira ela significa graficamente a linguagem.

De acordo com Zilberman (1985, p.27), “a criança é vista como um ser em formação, cujo potencial deve se desenvolver a formação em liberdade, orientando no sentido de alcance de total plenitude em sua realização”. Dessa forma, deve-se atrelar a vivência dos alunos, sua realidade social e o seu potencial de desenvolvimento com o processo de alfabetização.

2.5 MÉTODOS E METODOLOGIAS DA ALFABETIZAÇÃO

Os métodos da alfabetização são divididos em sintéticos e analíticos. Os primeiros métodos foram utilizados para o ensino da escrita dando conta que era o método sintético. Alguns desses recursos são utilizados até os dias atuais. A compreensão do sistema da escrita se faz sintetizada, no entanto, são analisadas para estabelecer o modo de falar e com a fala desenvolver a escrita.

O método analítico parte de corromper o princípio da decifração. Esse método é mais conhecido como de palavração, a alfabetização está enfatizada ao reconhecimento global como estratégia.

Os métodos utilizados para metodologias didáticas da alfabetização se condizem a um conjunto amplo de decisões. São decisões relativas a métodos, ao como organizar a sala de aula e de um ambiente de alfabetização e letramento e de como o professor organizará o decorrer de sua aula, e, contudo, abordará a definição de capacidades a serem atingidas, a escolha de materiais, de procedimentos de ensino, e a formas de avaliar.

As decisões das metodologias aplicadas em sala de aula são procedimentos de ensino que são tomadas por conteúdos de alfabetização, decisões que se quer ensinar e do conhecimento que o professor possui sobre os processos de aprendizagem dos discentes.

Portanto, os vários métodos estão definidos, em seus pressupostos, de uma forma teórica e idealizada, como princípios de parâmetros, os professores não se apropriam da mesma maneira das prescrições existentes em determinado método ou metodologia. Usam intuições, competências e conhecimentos advindos de suas práticas.

O método analítico parte do princípio que a leitura é um ato audiovisual, partindo das unidades completas como as frases, para então extrair as palavras e delas as sílabas, o que seria o chamado processo de sentencição; na palavração, parte-se da palavra onde se reconhecem os vocábulos que englobam a língua e depois que se adquire uma quantia de palavras, para as frases.

Já o método sintético entrelaça uma correspondência entre som e grafia, oral e escrita, a aprendizagem se dá por meio de letra por letra, sílaba por sílaba e palavra por palavra. Se divide em método alfabético, que parte da decoraçção oral das letras; método fônico, que se dá através da associação entre fonema e grafema; e método silábico, que se dá por uma decifração das palavras.

2.6 ALFABETIZAÇÃO PARA A BNCC

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC reconhece que desde a Educação Infantil a criança já está cercada de diferentes práticas letradas, porém destaca que se espera que seja nos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental que ela seja alfabetizada, compreendendo que nesse processo os educandos devam conhecer o alfabeto e a sua mecânica de codificação e decodificação de sons em letras ou grafemas, o que demanda uma consciência fonológica e a capacidade de reconhecer o alfabeto do Brasil em seus variados formatos.

Portanto, conclui-se que alfabetizar seja trabalhar com a apropriação da ortografia do português brasileiro estabelecendo um conhecimento fonológico da língua, aprendendo como se dão as relações entre os grafemas e os fonemas, compreendendo as relações complexas estabelecidas entre a fala e a escrita e, para além disso, ainda ressalta a questão de que essa apropriação não se dá de forma fácil, sistematizada, sendo muito mais feita por convenção do que por regularidade e que esse processo que pode se dar em dois anos é complementado por outro chamado de ortografização que será uma complementação do conhecimento da ortografia da língua oficial do país e que dura mais tempo que a própria alfabetização.

A BNCC define que os dois primeiros anos do Ensino Fundamental devem ter foco na alfabetização em ação pedagógica para que dessa forma os alunos possam se apropriar do sistema de escrita alfabética, justamente pelo fato de que ler e escrever proporciona uma ampliação das possibilidades de construção do conhecimento e a inserção dos alunos na cultura letrada.

Dessa forma, em um dos seus eixos, análise linguística/semiótica, o documento delega a esse eixo a sistematização da alfabetização nos dois anos iniciais, e nos três anos subsequentes, a análise do funcionamento da língua e linguagens nos discursos.

2.7 LEGISLAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO

O Plano Nacional de Educação, PNE 2014-2024, apresenta a concepção de que a alfabetização não poderá mais ser vista como decodificação mecânica de letras e sílabas por parte dos alunos, mas deve ser entendida como participação efetiva da criança nas práticas de letramento as quais está exposta tanto na escola quanto fora dela, para isso deve-se articular os usos das funções da língua escrita baseada em atividades elaboradas com significados relacionados aos contextos em que vivem as crianças.

No que tange ao tempo para alfabetizar, a meta 5 deste plano tem por objetivo alfabetizar todas as crianças até no máximo o fim do terceiro ano do Ensino Fundamental. E para monitorar essa meta, buscou-se criar um indicador que fosse utilizado para aferir as

capacidades de codificação e decodificação e habilidades de leitura e escrita e também matemática. Para tanto, há o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, surgindo como um compromisso assumido pelos governos tanto de Estados e municípios para assegurar que todas as crianças sejam alfabetizadas até os 8 anos, esse pacto entende que até essa idade as crianças devam compreender como funciona o sistema de escrita, as correspondências grafofônicas, algumas convenções ortográficas, fluência na leitura e domínio de estratégias compreensão e produção de textos. Além disso haverá a aplicação da ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização) como um eixo de implementação desse plano para coletar e aferir resultados sobre o desenvolvimento dos alunos.

Ainda neste PNE, em sua meta 9, ele apresenta outro objetivo que é elevar a taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais para próximo de 95% até 2015 e até o final da abrangência do plano, erradicar o analfabetismo e reduzir pela metade a taxa de analfabetismo funcional, pois através de pesquisas e índices foram vistas taxas abaixo dos níveis esperados para isso, o que também revela uma diferença entre as diversas regiões do Brasil, sendo necessário um esforço considerável para que sejam atingidos os objetivos e a equalização entre as regiões do país.

2.8 ALFABETIZAÇÃO NA LITERATURA

Com relação a essa temática, existem diversas perspectivas sobre as definições e formas de se fazer a alfabetização e também o letramento dos alunos presentes nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O letramento, para Kleiman (2007), tem como objetivo a reflexão de ensino e aprendizagem como aspectos sociais da língua escrita, segundo a autora, o processo de alfabetização/processo de escrita, apresenta uma concepção tradicional que a considera como aprendizagem da leitura e da produção textual, ela também frisa que a aprendizagem da alfabetização é uma parte da escolaridade das crianças que tem que ser feita com individualidade. Segundo a autora, letramento não é alfabetização e sim um trabalho entre os fonemas e grafemas, é um processo de estrutura linguística.

Carvalho (2005), argumenta que existem diferentes métodos de alfabetização, e suas problemáticas vão além do espaço escolar, tendo que se levar em consideração o espaço e fatores extraescolares na formação de cada um. Existem diversas dificuldades enfrentadas pelos educadores para que ensinem a leitura e escrita, porém não existe um método único para alfabetizar, sendo que o professor deve escolher o método mais conveniente para ele, defende

também a utilização de textos para esse processo (fase inicial da alfabetização) já que os alunos devem buscar o sentido do texto e não somente conhecer as letras e sons.

O autor defende também que não basta apenas fazer o processo de alfabetizar, mas é necessário letrar, e que esses dois processos não podem ser feitos separadamente ou um e só depois o outro, ou seja, é importante formar gosto pelas diferentes formas de leitura.

2.9 CONCEPÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO E CONCEPÇÃO DE LETRAMENTO

Soares (1999), ao debater sobre as concepções de alfabetização e letramento traz reflexões importantes sobre o assunto. Destaca que o próprio termo letramento é uma palavra recentemente nova no vocabulário da educação. Ressalta-se que esse termo não é encontrado nos dicionários, porém estes definem as palavras analfabetismo: como a condição de analfabeto, e o termo analfabeto é usado para designar aquele que não sabe ler e escrever, há ainda o verbete letrado, que se define por aquele que é versado em letras, porém esta não corresponde a um sentido exato para letramento.

Como mencionado pela autora em questão, para dar sentido ao letramento, recorreu-se a vocábulos da língua inglesa etimologicamente ligados ao latim, como a palavra *literacy*, que significa um estado daquele que aprende a ler e escrever, ou seja, busca-se passar com esse conceito o fato de que a escrita traz consequências não só cognitivas, mas sociais, culturais, econômicas e políticas para o indivíduo que a usa. Reconhecendo assim o impacto da leitura e escrita sobre os indivíduos, alterando seus estados psíquicos e sociais.

Sendo assim, letramento é entendido como o resultado da ação de ensinar ou aprender a ler e escrever como consequência da apropriação da escrita. E alfabetizar caracteriza-se como o ato de deixar de ser analfabeto, aquele que aprendeu a ler e escrever, mas não tem o estado de quem se apropriou dessa condição. O autor ainda ressalta que é necessário alfabetizar letrando, essas duas coisas não podem ser separadas, deve-se então ensinar a leitura e escrita no contexto das práticas sociais, de modo que o indivíduo se torne alfabetizado e letrado. Avaliar o letramento de alguém não é tarefa fácil, já começando com a própria questão de sua definição, é preciso entender o que é letrado para que assim possa se buscar índices para avaliá-lo, e também possui dimensões individuais (visto como fenômeno pessoal) e sociais (visto como fenômeno cultural).

Smolka (1999) ao traçar um breve histórico, relata que nas décadas de 60 e 70 foi difundida no Brasil a ideia de educação compensatória que criou mitos em relação ao fracasso escolar, sendo que foi surgindo a necessidade de repensar esse modelo de educação, pois não havia de fato reduzido os índices de evasão e repetência. A partir de uma ideia de incapacidade

da criança começou a surgir a ideia da incompetência do professor, pois era ele mal formado, e para que isso fosse compensado passou-se a usar o livro didático como algo indissociável e imprescindível. Surge uma situação de camuflagem das relações interpessoais, entre adultos, professores e crianças. Destaca-se que na época do ingresso na escola as crianças vivem sob condições rígidas de ensino onde tudo é voltado para a aquisição da leitura e escrita, buscando atender os pré-requisitos da alfabetização e o livro didático é apresentado como a ferramenta de conhecimento do mundo, nesse contexto passam a “surgir” as crianças com diversas patologias relacionadas ao aprendizado.

A alfabetização é apontada como uma questão social fundamental devido às suas implicações político-econômicas que ultrapassam os âmbitos escolares, a autora ressalta que uma ideologia da “democratização do ensino” que promove o acesso alfabetização através da escolarização, esconde a produção de um maior número de alfabetizados em menor tempo, fazendo um processo de ensino em massa, onde as práticas pedagógicas são excludentes.

2.10 A FUNÇÃO SOCIAL DA LEITURA E ESCRITA

Klein e Sachafascler (2003) abordam que o processo pedagógico consiste basicamente na transmissão de conhecimento acumulado ao longo da história pelos homens. Que o homem ao agir sobre a natureza produz sua existência e suas ações, humanizando-as e humanizando-se, produzindo tecnologias e ideias. E nessa relação acaba superando sua necessidade pessoal, incorpora experiências e conhecimentos, além de novas necessidades. E a complexidade dessas ações vai exigir a necessidade de auxílio mútuo, o que se efetiva na produção da linguagem, sendo que, usando esta, o homem pode organizar as atividades práticas e comunicando informações necessárias, e isso só pode ser feito porque essas experiências são codificadas pela palavra. Portanto, a linguagem liberta o homem da subordinação ao concreto, possibilitando operar na ausência dos objetos. Assim, a linguagem é algo mutável, não nata e fruto de fatos históricos.

As autoras ainda ressaltam que o esforço em emancipar a linguagem da situação concreta, ampliando seu grau de abstração tem como produto a linguagem escrita. E esse grau de abstração, o fato do texto escrito não contar com elementos extra-verbais que o vincule a situação que lhe deu origem, apoiando-se somente nos elementos da língua escrita, vai determinar um grau de desenvolvimento de funções comportamentais complexas. O que significa que privar o homem disso, é privá-lo de condições privilegiadas de interação social e cultural que o colocariam em contato com conhecimentos codificados na língua escrita. Dessa

forma, aprender a língua escrita significa construir estruturas de pensamentos e abstrações mais elaboradas, pois a inserção na cultura letrada vai criar condições de operação mental para a apreensão de conceitos mais elaborados e complexos.

Rego (1995, apud VYGOTSKY), destaca que os sistemas simbólicos, aqueles que representam a realidade, entende-se aqui a linguagem, funcionam como mediadores que vão permitir a comunicação entre os indivíduos, o estabelecimento de significados que são compartilhados por determinado grupo e a percepção e interpretação de objetos e eventos do mundo que os circunda. Ou seja, uma das grandes funções da linguagem (falada, porém escrita) repousa no fato de que esta é um sistema de representação simbólica da realidade e de intercâmbio social permitindo a comunicação humana.

Sendo assim, compreende-se que a função social da escrita e da leitura se encontrar num campo fundamental da vivência humana, a transmissão de conhecimentos e elaboração de processos mentais mais complexos, além de inserirem o homem numa cultura que lhes pode propiciar mais possibilidades de manifestação, inserção e conexão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações observadas no decorrer do estudo, pode-se concluir que os processos de alfabetização e letramento devem ocorrer concomitantemente, ou seja, é necessário alfabetizar letrando, o que significa que não basta apenas apresentar o alfabeto aos alunos e os ensinar o processo mecânico, é preciso inseri-los na realidade em que vivem, torná-los aptos a serem capazes de reconhecer e utilizar dos mais variados gêneros textuais para sua comunicação.

Entretanto, existem vários desafios a serem enfrentados para que esse processo se conclua de forma satisfatória, desde a compreensão do tempo e forma que cada discente leva para aprender, pois cada um pode estar em um estágio de compreensão, possuir ou não consciência fonológica ou noção espacial referente ao sentido do texto escrito; até a formação do professor que vai trabalhar com essa fase específica da escolarização e os métodos que ele selecionar para trabalhar com sua turma.

O fracasso ou sucesso do processo de alfabetização reside então, nessas diversas variáveis que não são fáceis de serem resolvidas e que demandam tempo e esforço da parte dos docentes, tanto em buscar formação adequada quanto em analisar e se adaptar às necessidades dos seus alunos. E os mais variados métodos de alfabetização, podem ter seu valor e serem preteridos pelos professores, mas deve-se sempre levar em consideração as situações em que os alunos apresentam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e letrar**: um diálogo entre a teoria e a prática. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

DIONIZIO, Jheimilly Ane Fogaça; SOUZA, Raysa Zella de. **Os desafios do processo de alfabetização**. EDUCERE - XIII Congresso Nacional de Educação. 2017. ISSN 2176-1396.

JOSEFI, Ângela Helena Bona. **Alfabetização**: concepções e contextos de ensino. Acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa – revista eletrônica ISSN: 1980-7686.

KLEIMAM, Ângela B. **Os significados do letramento**: uma perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: mercado de letras, 1995.

KLEIN, L. R; Sachafascler, R. **Alfabetização**. In: Currículo básico para a escola pública do Paraná, Curitiba: SEED, 1990.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A criança na fase inicial da escrita**: alfabetização como processo discursivo. 8 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. São Paulo: Autêntica 1999.